A associação suíça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A associação (Verein), regida pelos arts. 60 e segs. do Código Civil suíço (ZGB/CC), tornou-se o segundo invólucro jurídico suíço e, em alguns aspectos, o mais adequado para DAOs. A associação tem membros, que podem ser os detentores de tokens. Adquire personalidade jurídica ao adotar estatutos escritos, sem necessidade de registro, salvo se exercer atividade comercial. Seus membros não respondem pelas dívidas dela, nos termos do art. 75a CC. Seu órgão supremo é a assembleia geral dos membros, que pode reunir-se e votar eletronicamente, de modo que a governança on-chain de uma DAO pode ser constituída como a assembleia geral da associação. A associação pode perseguir uma finalidade ideal, que pode incluir o desenvolvimento e a promoção de um protocolo, e pode exercer atividade comercial na prossecução dessa finalidade, desde que se registre.

A associação resolve, assim, o problema que a fundação não consegue resolver: confere força jurídica à votação dos detentores de tokens. Se os estatutos estabelecerem que a qualidade de membro se comprova pela detenção de um token de governança, que o poder de voto é proporcional à participação e que as deliberações são adotadas on-chain, um tribunal tratará a votação on-chain como

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

deliberação da assembleia geral. A diretoria (Vorstand) deve executá-la. Várias comunidades de protocolos adotaram essa estrutura desde 2021, inclusive com base nos modelos de "associação DAO" publicados por profissionais suíços.[1]

A associação tem dois limites. Uma associação cuja finalidade seja, em substância, econômica, ou seja, que exista para gerar rendimentos a seus membros, não é admitida pelo art. 60, parágrafo 1, CC e pode ser dissolvida ou requalificada como sociedade simples. Por isso, os estatutos devem formular a finalidade como o desenvolvimento do protocolo e não como o enriquecimento dos detentores. Além disso, uma associação que detenha uma grande tesouraria e empregue pessoal deve registrar-se e manter contabilidade, e pode ficar sujeita à Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA) se movimentar tokens por conta de terceiros. Nenhum desses limites impediu a difusão da estrutura.

Característica	**Fundação suíça**	**Associação suíça**	**CLG de Singapura**
Base legal	Arts. 80 e segs. CC	Arts. 60 e segs. CC	Companies Act 1967, seção 17
Membros	Nenhum	Sim; podem ser os detentores de tokens	Sim; garantidores, geralmente poucos
Proprietários	Nenhum	Nenhum	Nenhum (sem capital social)
Constituição	Escritura pública; inscrição no registro; supervisão	Estatutos escritos; registro apenas se houver atividade comercial	Constituição perante a ACRA
Supervisão	Autoridade de supervisão federal ou cantonal	Nenhuma (assembleia geral)	ACRA; deveres dos administradores; eventualmente Charities Act, se beneficente
A votação da DAO pode vincular o órgão?	Não; o conselho deve lealdade à finalidade	Sim, se os estatutos assim dispuserem	Indiretamente, por deliberações dos membros ou pelo constitution

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Característica	Fundação suíça	Associação suíça	CLG de Singapura
Pode distribuir aos detentores de tokens?	Não	Não (finalidade ideal)	Não (a CLG aplica sua renda a seus objetivos)
Responsabilidade dos membros	n/a	Nenhuma (art. 75a CC)	Limitada ao valor da garantia
Tributação	Possível isenção pelo art. 56, alínea g, DFTA	Ordinária, salvo isenção	Ordinária, salvo status de entidade beneficente
Uso típico	Tesouraria do protocolo, subsídios, PI	Órgão de governança, organização de membros	Subsídios, financiamento do ecossistema; "fundações" da era Vauld

Notas

1. A associação suíça como invólucro jurídico de DAOs é analisada na doutrina desde 2021 e nos position papers da Swiss Blockchain Federation; modelos de estatutos estão reunidos na Parte Q, Capítulo III. Código Civil suíço, SR 210, arts. 60–79, em especial o art. 64 (assembleia geral), o art. 69 (diretoria) e o art. 75a (responsabilidade). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.